

ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – ANO LETIVO 2021

O ano letivo de 2020 foi desafiador para toda a educação, dada a necessidade de adequação de métodos e técnicas de trabalho, frente ao contexto do distanciamento social advindo com a pandemia, a qual foi decretada em dezembro de 2019 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Logo, em fevereiro de 2020, foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, pelo Ministério da Saúde via Portaria nº 188/GM/MS, direcionando a suspensão das atividades escolares presenciais, em grande parte dos estados e municípios do país.

Agora, já amadurecidos com a experiência de 2020 e pela execução do trabalho não presencial, temos o desafio de planejar a continuidade da oferta, o desenvolvimento do ensino e a avaliação das aprendizagens dos estudantes tocantinenses.

Assim, no intuito de instrumentalizar as equipes pedagógicas e docentes no planejamento do ano letivo de 2021, a Seduc vem promovendo ações formativas com direcionamentos para o Reordenamento Curricular, considerando o contexto e condições do desenvolvimento do trabalho educativo, que, na perspectiva de manter o distanciamento social, deve acontecer de forma não presencial. Para tanto, ratificamos as concepções pedagógicas que permeiam o trabalho educativo, que são propagadas à medida que o processo de ensino e aprendizagem se materializa nas unidades escolares. Apresentamos também, propostas de planejamento de Roteiros de Estudos, os quais representam um importante instrumento dadas as condições materiais de execução da proposta educativa, considerando, também, as possibilidades de avaliação do ensino ofertado e das aprendizagens efetivadas, como norteador do trabalho pedagógico das Diretorias de Educação, Juventude e Esportes como também das unidades escolares.

Ancorados em Saviani (1994), defendemos que a educação é um fenômeno próprio do ser humano que, diferentemente das outras espécies de animais, são atores sociais que constroem continuamente sua existência, adaptando a natureza às suas necessidades. Essa transformação adaptativa se dá pelo trabalho, e a educação pertence ao mundo do trabalho, na categoria de trabalho não material.

Por intermédio da educação, os atores sociais apropriam-se de elementos necessários à sua sobrevivência que não são garantidos pela natureza, construídos



historicamente, inclusive pelo próprio homem. Portanto, o trabalho educativo é o ato de reproduzir, em cada indivíduo, a humanidade produzida, histórica e coletivamente, pelos sujeitos.

Ao produzir sua existência, os atores sociais adquirem sabedoria baseada na experiência de vida, a qual não justifica a existência da escola, dado que na prática social dos sujeitos é possível aprender nos mais diversos contextos. Então, para que a escola existe?

Consideramos uma reflexão óbvia, porém necessária e de suma importância, pois no decorrer do desenvolvimento do trabalho educativo, às vezes perdemos contato com a justificativa da essência da escola. A escola existe para socializar o saber sistematizado, que é elaborado a partir do conhecimento produzido na experiência de vida. Instrumentalizamos a sociedade para o acesso ao saber elaborado, e aprender a ler e escrever é a primeira exigência para o acesso a esse saber. E, como escola, justificamos nossa existência na garantia às gerações futuras, a apropriação do conhecimento sistematizado.

A produção do saber se dá na prática social e se concretiza no interior das relações sociais. No entanto, vale ressaltar que produzir saber difere do processo de elaborar o saber escolarizado. Na vida cotidiana, sem o auxílio da escola, indistintamente, produzimos saber. Mas apenas com o auxílio da escola somos capacitados a elaborar o saber produzido na prática social, isto é, expressar de forma elaborada o saber que surge na prática social. Assim nos consolidamos enquanto escola, como a instituição apropriada e qualificada para capacitar os estudantes no domínio dos instrumentos de elaboração e sistematização do saber. Entretanto, enquanto escola, se não permitirmos o acesso dos estudantes a esses instrumentos, aqueles ficam impedidos de dominar as técnicas de elaboração do saber, porém continuarão contribuindo para a produção do saber social produzido na sua própria vivência e prática social.

Diante disso, sustentamos que o objetivo do processo pedagógico é o crescimento do estudante, considerando suas motivações (inter)personais, sociais, profissionais, as quais sintetizam em si as inúmeras relações sociais que possuem, e que muitas vezes seus interesses são influenciados por sua prática e relações sociais.

Então, nem sempre há congruência entre os interesses dos estudantes e os objetivos da escola, dado que seu nível de consciência se eleva à medida que domina os instrumentos de elaboração do saber, como afirma Saviani (1994, p.68): “a consciência de quem se é passa pelo domínio do saber”. Isto é, à medida que o estudante domina os instrumentos de



elaboração do saber, sua consciência se expande de uma forma mais elaborada.

Assim, a apropriação dos conceitos e teorias acontece a partir dos interesses, da visão de mundo e da posição que os estudantes ocupam no quadro social. Nesse processo, a nossa missão educacional é contribuir com a transformação social, promovendo a socialização do saber elaborado que é um instrumento de transformação de suas realidades. Garantindo o acesso ao saber sistematizado, instrumentalizando e capacitando os estudantes para a elaboração desse saber, viabilizamos suas promoções sociais, visto que eles podem participar ativamente da transformação da suas realidades.

Ratificadas nossas concepções pedagógicas sobre a natureza da escola, sua função e nosso papel na vida dos estudantes, propomos-nos a discutir as condições de desenvolvimento do trabalho pedagógico neste ano letivo de 2021, considerando o contexto pandêmico. Com a publicação da BNCC e do Documento Curricular do Ensino Fundamental para o Estado do Tocantins, temos um currículo delineado e que, para garantir sua materialização, necessita de ajustes, o que denominamos de Reordenamento Curricular. Esse Reordenamento Curricular consiste em adequar o trabalho pedagógico conforme as condições pedagógicas da escola, em que as habilidades estruturantes das macro competências propostas pela BNCC e DCT sejam desenvolvidas, garantindo as aprendizagens significativas. A proposta elaborada pela Seduc contou com a participação ativa das equipes de currículo das Diretorias de Educação.

Para o currículo do ensino fundamental, o Reordenamento Curricular partiu da proposta do DCT já homologado pelo Conselho Estadual de Educação. Para o trabalho curricular com a etapa do ensino médio, consideramos as aprendizagens propostas na BNCC, dado que o DCT – Etapa Ensino Médio encontra-se em apreciação pelo CEE-TO.

Portanto, a proposta pedagógica da Seduc para 2021 perpassa o desenvolvimento de competências e habilidades previstas para toda a educação básica nos documentos norteadores, com adequação ao atual contexto. Assim, propomos a discussão do planejamento e avaliação da aprendizagem, a contemplar, sobretudo, os Roteiros de Estudos, que devem ser robustos, capazes de efetivar o processo de desenvolvimento de competências, que promovam uma educação integral, contemplando todos os aspectos da construção do conhecimento.

1. Planejamento Docente



Para iniciar a discussão sobre planejamento docente, valemos-nos de Zabala (1998 p. 17), quando o autor afirma que

A intervenção pedagógica tem um antes e um depois que constituem as peças substanciais em toda prática educacional. O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados.

Então, para iniciar o ano letivo de 2021 e contemplar a proposta de Reordenamento Curricular, a primeira intervenção pedagógica é a realização de um planejamento de execução das atividades educativas, que considere as condições de execução. Com a manutenção do distanciamento social, continuamos o desenvolvimento das atividades de forma não presencial, com a utilização dos Roteiros de Estudos.

2. Planejamento do Roteiro de Estudos

O roteiro de estudos é uma sequência de atividades, que buscam o desenvolvimento de competências e habilidades. Nesse sentido, Zabala (1998, p. 18) conceitua essas sequências como “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores quanto pelos alunos”.

Assim, indicamos uma organização prévia para o planejamento docente, considerando que o princípio da atividade educativa é o desenvolvimento de competências e habilidades. Portanto, independente do instrumento de planejamento (tabela, quadro, sequência), consideramos válido que:

- A primeira análise do professor deve ser o currículo proposto no reordenamento, analisar sua sequência lógica, e considerar sua execução durante o ano letivo. Inicia aqui o planejamento anual docente que deve, necessariamente, partir da proposta do Reordenamento Curricular;
- Segundo ponto a ser analisado é a divisão das atividades escolares em bimestres, o que pressupõe a necessidade de previsão por parte do professor das habilidades que irão compor o trabalho bimestralmente, configurando assim o planejamento bimestral;
- Terceiro ponto consiste na análise e escolha das habilidades e seus objetos



de conhecimento, para compor cada roteiro de estudo condizente com uma quinzena de trabalho pedagógico. Nesta etapa, deve-se considerar a especificidade das habilidades horizontais e verticais, de modo que a progressão das habilidades e do conhecimento façam parte do ensino e aprendizagem;

- E, por fim, a avaliação da aprendizagem considerando a(s) habilidade(s) proposta(s) no início do planejamento.

Com o planejamento delineado para o ano letivo, seus bimestres e, conseqüentemente, suas quinzenas, o professor poderá partir para a análise mais detalhada das habilidades, que vai determinar a escolha dos objetos de conhecimento, e o encadeamento das atividades no roteiro de estudo.

2.1 Análise da natureza da habilidade, a escolha dos objetos de conhecimento e a avaliação da aprendizagem

Na BNCC (2017), competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Assim, na medida que trabalhamos as habilidades, desenvolvemos as competências. E essas habilidades possuem natureza conceitual, procedimental e atitudinal. Então, a primeira tarefa é identificar essa natureza da habilidade para, depois, escolher o objeto de conhecimento que servirá de ponto no desenvolvimento da habilidade. Dito de outro modo, o objeto de conhecimento, que pode ser um conteúdo ou outra atividade pedagógica, está a serviço da habilidade. É o objeto de conhecimento, como a tratativa metodológica do professor, que conduzirá o estudante ao desenvolvimento pleno da habilidade proposta.

As habilidade expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. Para tanto, elas são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo de História (EF06HI14), a seguir.

Diferenciar escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo.

Verbo(s) que explicita(m) o(s) **processo(s) cognitivo(s)** envolvido(s) na habilidade.

Complemento do(s) verbo(s), que explicita o(s) **objeto(s) de conhecimento** mobilizado(s) na habilidade.

Modificadores do(s) verbo(s) ou do complemento do(s) verbo(s), que explicitam o **contexto** e/ou uma maior **especificação** da aprendizagem esperada.

Fonte: Tocantins, 2019, p. 75.

Como nesse exemplo, para desenvolver a habilidade de **diferenciar**, que tem uma natureza conceitual, utilizaremos como objetos de conhecimento a escravidão, a servidão e o trabalho livre no mundo antigo. Após conceituarmos cada uma, passamos ao processo de diferenciação.

Para avaliar o processo de aprendizagem e, conseqüentemente, o desenvolvimento da habilidade proposta, é necessário que o professor proponha uma situação em que o estudante demonstre que consegue **diferenciar** escravidão, servidão e trabalho livre no contexto do mundo antigo.

Em síntese:

- Análise da natureza das habilidades propostas para o roteiro de estudo;
- Escolha do objeto de conhecimento que será utilizado para o desenvolvimento da habilidade;
- Escolha das tratativas que serão dispensadas ao objeto de conhecimento, ou seja, a forma como o objeto de conhecimento será tratado no roteiro;
- Avaliação do desenvolvimento das habilidades propostas.

Na etapa ensino médio, iremos recorrer à BNCC (2018, p. 507) para o planejamento escolar por área de conhecimento. Assim, apresentamos aqui para compreensão a **estrutura da habilidade específica** do componente curricular de Língua Portuguesa, como exemplo, (EM13LP07):

EM13LP07: (1) Analisar, (2) em textos de diferentes gêneros, marcas que expressam a posição do enunciador frente àquilo que é dito: uso de diferentes modalidades (epistêmica, deôntica e apreciativa) e de diferentes recursos gramaticais que operam como modalizadores (verbos modais, tempos e modos verbais, expressões modais, adjetivos, locuções ou orações adjetivas, advérbios, locuções ou orações adverbiais, entonação etc.), (3) uso de estratégias de impessoalização (uso de terceira pessoa e de voz passiva etc.), com vistas ao incremento da compreensão e da criticidade e ao manejo adequado desses elementos nos textos produzidos, considerando os contextos de produção.



- 1 - verbo cognitivo envolvido na habilidade;
- 2 - complemento do verbo, que aparece os objeto(s) de conhecimento mobilizado(s) na habilidade;
- 3 - Modificadores do verbo que explicitam o contexto de produção e/ou uma maior especificação da aprendizagem esperada, por meio de elementos (visual, verbal, sonoros e/ou gestuais).

Os **objetos de conhecimento** abarcam **conteúdos** (fonologia, morfologia, variação linguística, pontuação, progressão temática etc.), **conceitos** (estilo, modalização, multisssemiose, etc.) e **processos** (reconstrução das condições de produção, curadoria de informações, textualização, apreciação e réplica etc).

3. Elementos imprescindíveis em um Roteiro de Estudos

Precisamos considerar que o Roteiro de Estudos é o principal instrumento de comunicação e ferramenta de aprendizagem dos nossos estudantes, considerando o atual contexto em que vivemos. Observadas as possibilidades de aulas mediadas pela tecnologia, o roteiro deve carregar em si o acolhimento ao estudante, as orientações para o desenvolvimento das propostas didáticas (leituras, produções, pesquisas, discussões), as atividades a serem desenvolvidas e a avaliação da habilidade proposta, como os pontos a seguir:

- **Identificação escolar:** uma capa com informações da escola, do professor, do estudante, da série/ano, turno, etapa de ensino, do componente curricular;
- **Informações do Roteiro:** o cronograma de atividades com sugestão de datas para realização, considerando a quinzena, duração em horas, data de início das atividades, data de entrega das atividades, habilidades que estão sendo trabalhadas; os objetos de conhecimento;
- **Orientações para o desenvolvimento das atividades:** todas as orientações necessárias para o desenvolvimento das atividades como leituras a fazer, pesquisas, produções, vídeos para assistir etc.;
- **Atividades:** neste espaço seguem as atividades que devem ser realizadas, encadeadas de forma lógica, contemplando todos os verbos de ação propostas nas habilidades que buscam desenvolver conceitos, procedimentos e atitudes;



- **Avaliação:** aqui devem ser contempladas atividades que avaliem o desenvolvimento da habilidade proposta no início do planejamento. Por exemplo, se a habilidade é de escrever, tem que ter uma atividade de escrita. Se a habilidade é de argumentar ou analisar, tem que ter atividade que permita que o aluno faça a análise e a argumentação para que o professor possa avaliar o seu desenvolvimento. Sugerimos uma discussão coletiva para decidir se o estudante desenvolve todas as atividades propostas ou apenas a avaliação final do roteiro. Deve-se ressaltar, entretanto, que há atividades avaliativas finais que dependem do desenvolvimento de atividades preliminares, a serem elencadas no roteiro;
- **Atividades complementares:** caso o professor julgue necessário complementar as atividades propostas, na parte final do roteiro podem ser disponibilizadas atividades que busquem ampliar o trabalho realizado.

4. Orientações para o planejamento do primeiro roteiro de estudos do ano letivo de 2021

Para o planejamento do primeiro roteiro do ano letivo de 2021, sugerimos a observação de alguns aspectos importantes que devem ser contemplados:

- Orientações de Biossegurança;
- Acolhimento aos estudantes e seus familiares;
- Tratativas curriculares: avaliação diagnóstica e informações sobre as habilidades que serão trabalhadas;
- Acordos que devem ser firmados com os estudantes e com a família;
- Propositura de Agendas de Atividades;
- Apresentação de Projetos que serão desenvolvidos na escola.

Com um primeiro roteiro de estudos mais voltado para o firmamento do vínculo do aluno e da família com a escola, acreditamos que os próximos roteiros possam contemplar especificamente aspectos curriculares, pois não é possível materializar uma proposta curricular sem a participação efetiva dos estudantes e de toda a comunidade escolar.

Ressaltamos que na proposta de trabalho não presencial apresentada pela Seduc, os encontros de formação continuada para reflexões e discussões, que contemplem o desenvolvimento do currículo, são ferramentas fundantes da Frente de Formação do



Currículo, que agregam as atividades da Gerência do Ensino Fundamental, Gerência do Ensino Médio, Gerência de Ensino Integral e da Gerência de Currículo e Avaliação da Aprendizagem que, de forma conjunta, buscam promover ações que subsidiem a prática pedagógica das DREs e unidades escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Versão Final. Brasília: MEC, 2017.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 1994.

TOCANTINS. Secretaria da Educação. **Documento Curricular do Tocantins (DCT): Ensino Fundamental**. Tocantins: SEDUC, 2019.

TOCANTINS. Secretaria da Educação. **Documento Curricular do Tocantins (DCT): Ensino Fundamental. Ciências humanas e ensino religioso**. Tocantins: SEDUC, 2019.

ZABALA, Antoni . **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.